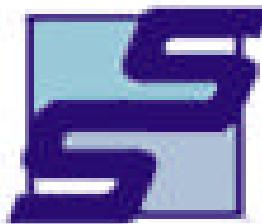


Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias -n.42

22 de agosto de 2000



*Sindicato Mercosul
Mercosur*

Já esta na Internet

Para ler mais notícias sobre o Mercosul e os sindicatos visite a nossa página. Lá você encontra também uma série de documentos e os endereços da maioria das páginas de internet das entidades sindicais do Brasil, Argentina, Chile, Uruguay.

Nosso endereço é:

<http://www.sindicatomercosul.com.br>

*é só clicar ** **Índice**

[**Movimento Sindical e Trabalho**](#)

[**Mercosul**](#)

[**Empresas e Setores**](#)

[**Relações Externas**](#)

[**Notas e Correspondências**](#)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro-
coordenadora.

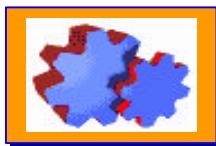
Daniel Campos - Argentina

Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci- Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

) cesint@uol.com.br



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

7º Congresso Nacional da Cut aprova estratégia de ação e elege nova diretoria

A plenária do 7º CONCUT no tema sobre Estratégia de Ação para a CUT debateu e aprovou, entre outras propostas, quatro fundamentais:

- 1) elaboração de uma política de reforce e qualifique a ação sindical da Central nas negociações por salários e melhores condições de trabalho;
- 2) desenvolver uma campanha nacional pela redução de jornada de trabalho, sem redução salarial;
- 3) campanha nacional pelo fim do banco de horas e das horas extras;
- 4) Implementar a luta por um sistema público de emprego

Segundo a opinião da maioria dos delegados, a CUT deve manter-se uma Central democrática, classista, de massa, independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. E tem como meta a liberdade e autonomia sindical.

Professor é o novo Presidente

João Felicio, da Articulação Sindical, foi eleito com 56,88% dos votos (19/08) durante no 7º CONCUT, o novo presidente nacional da CUT. Para ele, a negociação é importante, desde que o trabalhador não abra mão do direito de greve. João Felício foi eleito prometendo um novo perfil para a entidade. Segundo ele, a nova CUT vai se preocupar mais com o "cidadão", com as minorias e não ficará restrita às questões trabalhistas.

Nesse novo perfil cabem a defesa dos direitos da mulher, da saúde pública e a questão do trabalho infantil, por exemplo.

Felício o 7º Congresso Nacional da CUT, realizado em Serra Negra (São Paulo). Ex-presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo), Felício contou com o apoio de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ex-presidente da central sindical.

"Acho que a CUT dá um salto de qualidade com a eleição dele", disse Vicentinho, que deixou a presidência para disputar a eleição à Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP).

A escolha de Felício foi definida na última quinta-feira pela Articulação Sindical, corrente majoritária na CUT. A corrente tinha outros dois pré-candidatos, o bancário João Vaccari Neto e a psicóloga Mônica Valente.

A eleição oficial aconteceu apenas no sábado. Felício disputou com Wagner Gomes, Júlio Turra e Jorge Luiz Martins, representantes da oposição. (Agencia CUT, 19.08.00), (Folha de São Paulo, 21.08.00)

PIT-CNT realiza Marcha Nacional

Números do 7º Concut

Participantes

2.306 delegados

1.609 homens (69,77%)

697 mulheres (30,23%)

Resultados da votação

A chapa 1, da Corrente Sindical Classista, ficou com 14,92% dos votos válidos ; a chapa 2,do O Trabalho, ficou com 4,07% ; a chapa 3, da Articulação, ficou com 56,89%; e a chapa 4, da Alternativa Sindical Socialista em conjunto com o Movimento para uma Tendência Socialista, ficou com 24,12%. O total de votos válidos foi 2259

El PIT-CNT convocó a los trabajadores, organizaciones sociales y fuerzas productivas, a participar de la "Marcha Nacional por un Presupuesto Justo para un País Productivo y solidario, con Empleo y sin Privatizaciones", para el próximo Martes 22 de agosto.

Esta medida forma parte del Plan de acción del movimiento sindical, en conjunto con organizaciones sociales y productivas ante el agravamiento de la crisis económica y el desempleo profundizadas por la aprobación de la Ley de Urgencia recientemente aprobada en el Parlamento.

La Marcha partirá de la Plaza Mártires de Chicago, recorriendo Montevideo, y culminará con un acto público frente al Ministerio de Economía y Finanzas. (*Corresponsal en Uruguay, 18/8/00*)

Paro en Enseñanza Primaria y Secundaria

Un paro de 24 horas afecta hoy la educación pública y privada, en el marco de las movilizaciones iniciadas por la Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza del Uruguay (CSEU), que reclaman aumentos de salarios y mayor presupuesto para la educación.

La CSEU divulgó ayer una proclama de seis puntos, en la que reclama un "presupuesto justo para la educación pública", un "aumento sustancial e inmediato del salario básico" y la "recomposición del escalafón de los trabajadores de la educación".

Los profesores exigen, además, "una cuota mutual sin tope, el respeto a los derechos de los funcionarios y la participación de los docentes en la definición de los lineamientos de la educación pública".

Como parte de las movilizaciones, los sindicatos de la enseñanza iniciaron una campaña publicitaria en la que reclaman por un mayor presupuesto para la educación.

Los gremios realizan sus reclamos sobre la base del postulado de la Unesco, que señala que los gobiernos deben invertir en educación entre el 4,5% y el 6% del Producto Bruto Interno (PBI). (*El Observador, 15/8/00*)

Nuevo régimen de maquila

El Consejo Nacional de Maquila, de reciente creación, ha anunciado que próximamente serán aprobados pedidos de empresas de la región para instalarse en el país, citándose a Ozono SA, de Argentina, Hering de Brasil, Robles SA, de Paraguay, todas del ámbito de la confección de ropa. El coordinador del ente ha informado que otras empresas de Brasil, Alemania, Colombia, España, Uruguay, Estados Unidos, Bolivia, Japón, entre otras, han presentado propuestas similares. (*Última Hora 16/08*).

Sindicato aponta falhas em segurança de aeroportos brasileiros

A presidente do Sindicato dos Aeronautas, Graziela Baggio, apontou a falta de segurança nos aeroportos brasileiros como um dos principais motivos do sucesso do sequestro do Boeing 737-200 da Vasp e o roubo de 5 milhões de reais por assaltantes na quarta-feira (16), no Paraná.

"Há anos que o sindicato dos aeronautas insiste em maior segurança nos aeroportos e não consegue nada. Não adianta ter aeroporto de primeiro mundo e ter esse tipo de incidente", disse Graziela. Segundo ela, os aeroportos brasileiros possuem "deficiências inaceitáveis", e ressalta que são necessários mais investimentos em pessoal e em equipamentos de segurança, como detectores de metais. O controle de entrada e saída de passageiros também é ineficiente, destacou Graziela.

A presidente defendeu a instalação de um inquérito para investigar o incidente e descobrir se há alguma conivência de funcionários do aeroporto em Foz de Iguaçu, onde o avião decolou em direção a Curitiba, com o bando. "Como, com detectores de metais, os homens passaram com tantas armas?", questiona.

A assessoria da Vasp emitiu uma nota para a imprensa, onde destacou que a "a Infraero é a responsável pela fiscalização e já está investigando o sequestro junto com a Polícia Federal". A

empresa diz na nota que "não tem nada a ver com isso (o incidente) e que não vai falar sobre o assunto". (*Folha On Line/Reuters*, 17.08.00)

Denuncias campesinas ante Comision Parlamentaria

La Federación Nacional Campesina solicitó y obtuvo una audiencia de la Comisión de Derechos Humanos del Senado paraguayo para presentar denuncias por desalojo violento y torturas cometidas por efectivos de la Policía Nacional. Los afectados participaron de la ocupación y posterior desalojo de tierras en Caazapa, propiedad de la familia Burró Sarubbi, operativo en que fueron reprimidos por efectivos policiales y militares, comandados por el Ministro del Interior Walter Bower. Mujeres presentes relataron que fueron victimas de vejámenes y abusos por parte de los mismos, cargos que fueron negados por los altos jefes policiales, quienes señalaron que entre ellos tambien hay heridos. El senador colorado Germán Segovia aseguró que la Policía Nacional responde al poder politico de turno y que la ley se utiliza solamente contra los más débiles. (*ABC y Noticias*, 17/08).

Polémica en tema Reforma de Estado

Luego de la decisión de la Cámara de Diputados de que el Poder Ejecutivo solo puede privatizar o tercerizar las empresas publicas a traves de leyes específicas, se desató una polémica. La Secretaría de la Reforma no está de acuerdo con ésta medida e insiste en que se revea dicha decisión en favor de la aprobación de la "vía rápida". (*ABC 14/08*).

Mulheres não fogem a luta

A Marcha Mundial das Mulheres 2000 é uma prova de que o sexo feminino não tem nada de frágil. Essa campanha foi idealizada em outubro de 1999, quando mulheres de todas as regiões do Brasil se reuniram para definir quais mudanças devem ser promovidas para melhorar a condição feminina no mundo. Entre as exigências estão reforma agrária e urbana, educação, saúde e políticas de emprego e renda. Além disso, são reivindicadas renegociação da dívida externa, o combate da discriminação racial e étnica, da violência sexual e doméstica.

A campanha teve inicio no dia 8 de março deste ano, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. No dia do encerramento da Marcha, em 17 de outubro, uma comissão de representantes femininas de todos os países envolvidos entregará um abaixo-assinado ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, em Nova York.

Miriam Nobre, integrante da SOF (Sempreviva Organização Feminista) e da secretaria executiva da Marcha Mundial das Mulheres 2000, define " A Marcha Mundial das Mulheres é uma grande mobilização que acontece através de ações locais, nacionais e mundiais. O objetivo é marcar a presença e as reivindicações das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexual. A proposta da Marcha teve origem no movimento de mulheres do Quebec, no Canadá, que em 1995 realizou a Marcha "Pão e Rosas" e conquistou vitórias importantes, como o aumento do salário mínimo. No dia 17 de outubro, quando será entregue o abaixo-assinado a Kofi Annan, as mulheres brasileiras farão manifestações em todas as capitais. Até lá estaremos realizando debates com grupos de mulheres sobre o conteúdo das reivindicações, propondo ações de denúncia pública e recolhendo assinaturas de apoio à nossa luta. ".

Mais detalhes podem ser encontrados na entrevista de Miriam à revista da Rede de Informações do Terceiro Setor, http://www.rits.org.br/jan_rets_entrevista.html ou no site da Sempre Viva <http://www.sof.org.br> .

Paran los transportistas de carga

Luego de la reunión mantenida ayer con el presidente del Congreso de Intendentes (CI) de Uruguay, para plantearle que lleve al CI una propuesta de incorporar al precio del gasoil una parte de la Patente de Rodados, los transportistas de cargas mantuvieron "en todos sus términos" el paro por 72 horas con fecha a terminar, y que será anunciada con 12 horas de antelación. Esto apunta a que no se produzca el sobrestock que se generó antes del un paro similar, realizado en julio de año pasado, lo que causó una disminución de los efectos de la medida en rubros como comestibles perecederos y combustibles.

El sector reclama al gobierno que se incorpore al precio del gasoil parte de los tributos que abona, con la intención de tornarse más competitivo y atacar el transporte informal de cargas. El equipo económico no estuvo de acuerdo con esta posibilidad y tampoco ofreció otras, según los transportistas.

Dirigentes de los camioneros prevén un acatamiento total a la medida, por parte de los 33 mil camiones registrados en el país, de acuerdo a las posturas recabadas en asambleas y consultas.

Asimismo, aguardan que transportistas de países vecinos adhieran a la medida al ingresar a Uruguay, como lo hicieron hace un año atrás. (*El Observador*, 18/8/00)

Operário brasileiro custa US\$ 3 por hora

Os trabalhadores brasileiros custam bem menos aos empregadores que os seus colegas europeus, americanos e asiáticos. O economista Marcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), calcula que a hora trabalhada no setor manufatureiro brasileiro custava cerca de US\$ 3 no final de 1999. Pochmann usou a mesma metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ressalva que a estimativa não pode ser comparada com outros estudos.

No mesmo cálculo, o economista verificou que os operários latino-americanos ganham, em média, menos que US\$ 4. Já as empresas de países desenvolvidos remuneram seus funcionários com mais do que US\$ 14 por hora. Os tigres asiáticos ficam em posição intermediária: entre US\$ 4,5 e US\$ 8, dependendo do país.

O peso dos encargos sociais provoca polêmica entre os economistas. O professor José Pastore, da USP, diz que os benefícios chegam a 102% no Brasil. Pastore inclui, em seu cálculo, qualquer tipo de remuneração por hora que não foi efetivamente trabalhada – como o feriados e descanso semanal obrigatório.

Hélio Zylberstajn, também da USP, afirma que, de cada R\$ 100 pagos a um funcionário no Brasil, a empresa gasta R\$ 162. E o trabalhador só embolsa R\$ 90, pois há o desconto referente ao INSS. Zylberstajn acredita que o salário por hora trabalhada não é o medidor mais importante do custo para as empresas. "Esse custo fica minimizado se a produtividade for alta", diz.

Pochmann calcula como encargo social aquilo que não faz parte da remuneração. Ou seja, obrigações como Previdência Social e salário-educação, que incidem sobre os vencimentos – e não 13º salário ou FGTS, por exemplo, que acabam se revertendo em dinheiro para o trabalhador. Pochmann diz que eles representam cerca de 20% do salário real. No Reino Unido, são estimados entre 10% e 15%, segundo o economista. "França e Itália têm os benefícios mais altos, chegando a 35%", completa. (*Valor Econômico*, 17.08.00)

Volta do emprego leva os sindicatos a recuperar receita

A saúde financeira dos sindicatos finalmente começa a apresentar melhora. Depois de dez anos em vertiginosa queda, a receita esboça uma recuperação. Vem junto com o crescimento do emprego formal – sobretudo na indústria. Na década de 90, a maioria dos sindicatos sofreu o baque do aumento das taxas de desemprego e a informalização do mercado de trabalho. A debandada de empresas das grandes cidades para o interior ou para Estados que oferecem incentivos fiscais também resultou no empobrecimento dos sindicatos.

Com isso, a assistência ao trabalhador ficou prejudicada. Os departamentos jurídicos foram encolhidos ou terceirizados. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um dos mais importantes do país, a arrecadação caiu de R\$ 60 milhões ao ano no início da década para cerca de R\$ 25 milhões em 1999, segundo o diretor financeiro José Francisco Campos. O número de filiados recuou de 400 mil para 280 mil filiados no período. Em decorrência da queda, o sindicato terceirizou o departamento jurídico e o restaurante da sede e cortou gastos na colônia de férias.

O reaquecimento da economia leva o diretor a prever que, somente este ano, a receita crescerá entre 5% e 8%. O incremento deve acontecer principalmente a partir de novembro, quando vence a data-base da categoria. Os metalúrgicos esperam negociar reajustes salariais superiores à inflação acumulada em 12 meses e, com isso, a associação também sentiria reflexos positivos por causa das contribuições. Os sindicatos arrecadam verbas de três formas: mensalidades, descontos salariais dos trabalhadores e o imposto sindical (o rendimento dos empregados formais de um dia por ano).

Tsukassa Isawa, diretor financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, não vê em 2000 um ano tão bom. A boa notícia é que a arrecadação parou de cair em fevereiro. Ainda é cedo, segundo Isawa, para dizer que se trata de uma tendência. Mas não deixa de ser um dado animador, já que a receita caiu cerca de 50% desde o início dos anos 90. No caso dos metalúrgicos, a ampliação da receita esbarra em um problema. O índice de sindicalização beira os 70% no ABC, superando com folga a média das categorias – entre 20% e 30%. O lado ruim é que há pouco espaço para aumentar o número de filiados e, com isso, gerar arrecadação maior para o sindicato. A não ser que o emprego na indústria continue crescendo. (*Valor Econômico*, 14.08.00)

Gobierno de Bolivia apuesta a maquila para crear empleo y frenar migracion

El ministro boliviano de Desarrollo Económico, José Luis Lupo, apuntó hoy la posibilidad de llegar a acuerdos con países del Mercosur para impulsar la instalación de maquilas en Bolivia, crear así empleo y frenar los flujos migratorios ilegales, especialmente hacia la Argentina. La propuesta surgió del debate sobre las alternativas para superar la crisis y combatir el desempleo, que es del 4,6 por ciento, y sobre todo el subempleo, que en los dos últimos años alcanzó un 64 por ciento, según datos del sector privado.

El ministro Lupo señaló que Bolivia "exporta a la Argentina mano de obra", en alusión a los emigrantes bolivianos que se trasladan a ese país para trabajar en fábricas textiles. Esa situación produce "problemas migratorios y una presión sobre el mercado en Argentina", que se puede reducir con la instalación de maquilas en territorio boliviano, señaló.

Lupo agregó que una medida como esta requiere de estrategias comerciales, pero, a la vez, de políticas específicas, porque lo que su discusión será parte de la agenda de las autoridades comerciales que acompañarán al presidente Hugo Banzer a la Cumbre Sudamericana convocada para fin de mes en Brasilia.

"Nuestro planteamiento en Bolivia es empleo y, como se lo ha visto en experiencias centroamericanas, (la solución) es la maquila porque es estable, sostenible y no genera problemas comerciales", dijo Lupo. El ministro citó un estudio del Banco Mundial que destaca la competitividad de los textiles bolivianos, comparable con la de los países de Asia, y la "eficiencia industrial" de los obreros bolivianos frente a los del África.

Según Lupo, "nunca antes se planteó con seriedad" el tema de la maquila en Bolivia por su pequeña economía, pero ahora es necesario discutirlo "para reorientar la mano de obra que quedó" cesante tras el éxito del programa de erradicación de coca ilegal, que redujo las fuentes de trabajo y los ingresos de la población.

El gobierno boliviano ha iniciado gestiones ante Estados Unidos para la aplicación del "arancel cero" a sus exportaciones de prendas de vestir, como una compensación a sus esfuerzos en la lucha contra el narcotráfico, que, según Lupo, dieron como resultado una reducción del 30 por ciento en la oferta de droga en el mundo. (*El País*, 22/08/2000)

[regressar](#)



Fronteiras recebem atenção

A incorporação do Mercosul ao dia-a-dia da população das fronteiras do Brasil com os três parceiros do bloco será buscada ao longo deste semestre. A informação é do representante especial do governo brasileiro para Assuntos de Mercosul, embaixador José Botafogo Gonçalves. A decisão foi adotada no dia 11 deste mês em Foz do Iguaçu, na reunião do Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, da qual participaram empresários, sindicatos e representantes de associações, que apresentaram a Botafogo um documento de mais de trezentas páginas com reivindicações da comunidade fronteiriça. A experiência se repetirá em setembro, provavelmente nos dias 12 e 13, em Santana do Livramento/ Rivera, e depois em Uruguaiana/ Paso de Los Libres, possivelmente em outubro.

Os dois primeiros encontros do Fórum vão servir para subsidiar a próxima reunião dos coordenadores nacionais do Mercosul, no dia 26 de setembro, em Brasília. 'Não basta fazer acordos que envolvam governos e empresas, é preciso também favorecer crescente participação da sociedade civil no processo, envolvendo todos os segmentos', diz Botafogo. 'É necessário promover o Mercosul do cidadão'. Assim, a estratégia, a partir de agora, será envolver diferentes segmentos da administração pública dos quatro países em processos que facilitem a vida da região de fronteira, lado mais visível do processo de integração da união aduaneira. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana*, nº 225, 21-27/08/2000)

Reunión de Coordinadores del GMC

Los coordinadores nacionales del llamado Grupo Mercado Común (GMC) abordaron a puerta cerrada durante la jornada asuntos espinosos que obstaculizan la integración de los cuatro miembros del bloque, tales como la armonización de los sistemas de medición de estadísticas (inflación, PBI o desempleo), los conflictos en las fronteras, la ampliación del bloque, los incentivos a las exportaciones o el mantenimiento de barreras tarifarias.

Al tiempo que los políticos de la región hablan de integración, los técnicos del Mercosur muestran cómo resulta difícil allanar el camino para que cuatro países puedan poner en práctica una verdadera unión aduanera.

Ayer se evaluaron cuestiones que no fueron concretadas ni totalmente analizadas en la cumbre de Argentina, en la que el Mercosur recuperó el vigor y la filosofía de sus tratados fundacionales.

Hoy, argentinos y brasileños discutirán el acuerdo automotor bilateral, que se encuentra en punto muerto debido a discrepancias con respecto al porcentaje de piezas de los autos que pueden ser fabricadas en el propio país. (EFE y AFP 16/8/00)

Mercosur: ahora el azúcar

Representantes argentinos, brasileños, paraguayos y uruguayos se reunieron ayer en Rio de Janeiro para avanzar en una de las cuestiones más espinosas del libre comercio dentro del Mercosur: la incorporación del azúcar a la zona de libre comercio. El azúcar es el único sector que todavía no tiene ni reglas ni calendario definido, algo que Brasil desea resolver antes del 1 de enero de 2001.

Brasil está preparado para incluir el azúcar en la agenda de integración y propuso a Argentina que elimine los incentivos que concede a su industria azucarera para incorporar el producto a la zona de libre comercio, pero hasta ahora no encontró una respuesta positiva. Brasil es altamente competitivo y está preparado para una reducción tarifaria dentro del bloque, pero Argentina considera que su azúcar perderá competitividad y sigue protegiéndola de los precios internacionales. (El Observador 15/8/00)

Plantean convenio con Argentina y Brasil

El Canciller nacional, Dr. Juan Esteban Aguirre señaló en conferencia de prensa que para evitar inconvenientes en la exportación de carne paraguaya se necesita negociar convenios

fitosanitarios con el Brasil y la Argentina. Apuntó asimismo que el país no está lejos del standard de calidad exigido por Estados Unidos. Este convenio sería "con el fin de ponernos de acuerdo cómo exactamente nos manejaremos entre nosotros" señaló el mismo. A la vez se conoció que los directivos de la Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur propusieron un encuentro de exponentes del sector privado a fin de analizar la situación creada en estos últimos días. El Gobierno, mientras tanto, ordenó alerta sanitaria en toda la frontera. (*ABC, Noticias y Ultima Hora, 15, 16 y 17/08*).

Reunión del Mercoex

El pasado 10 agosto se desarrolló en Montevideo una nueva reunión del Consejo de Comercio Exterior del Mercosur-Mercoex, que contó con la presencia de autoridades gubernamentales y de los presidentes de las Cámaras de Exportadores del Mercosur.

Asimismo se analizaron las últimas medidas adoptadas en el encuentro de cúpula de Buenos Aires, que contó con la presencia de técnicos del Mercosur, ALCA y Unión Europea.

El Mercoex tiene como objetivo facilitar el comercio exterior y promover las exportaciones. Asimismo, esta entidad representa los intereses del comercio exterior y de los exportadores ante los organismos creados o a crearse en el Mercosur y ante otros organismos con los cuales el Mercosur tenga relación. (*Aladi 11/8/00*)

Céus Abertos : Brasil busca acordo para o setor aéreo no Mercosul

As empresas aéreas estão trabalhando junto com o governo brasileiro para tentar incluir o setor de aviação civil no acordo de Mercosul. A proposta segundo o diretor de relações internacionais da TAM, Rubel Thomas, é criar um tipo de céus abertos entre Brasil e Argentina. No acordo não seria permitido os vôos domésticos de empresas de outro país, mas liberaria o número de vôos internacionais entre Brasil e Argentina.

Hoje, os dois países trabalham com acordos bilaterais, isto é, o número de vôos são controlados e para cada um liberado para uma empresa aérea brasileira, outro é dado para uma argentina.

As negociações ainda estão ocorrendo informalmente, mas a sinalização dos governos dos dois países é positiva. A TAM tem um interesse especial por esse acordo. A empresa de Rolim Amaro espera há três anos a permissão de realizar três vôos diários entre São Paulo e Buenos Aires. A idéia é criar uma ponte área entre os dois países.

O mercado brasileiro acredita que esse pequeno acordo de céus abertos não deve afetar a economia da quase falida Aerolineas Argentina. A empresa ficou em uma situação delicada depois de consequentes desgastes administrativos e com o acordo de céus abertos com os Estados Unidos. A proposta tinha sido fechada pelo ex-presidente argentino, Carlos Menem, e revogado pelo atual presidente, Fernando de la Rúa.

A Aerolineas Argentinas tinha anunciado sua própria falência, mas conseguiu que seus acionistas fizessem uma injeção de capital na empresa de cerca de US\$ 650 milhões para tentar sua recuperação.

O Brasil, assim como a Argentina, tem evitado negociar acordos de céus abertos com outras nações. O país recebeu um pedido de Portugal para abrir seu espaço aéreo para suas empresas em troca do mesmo direito no antigo feudo medieval. (*Valor Econômico, 16.08.00*)

Mercosur define mapa para incorporación plena de Chile

Los cuatro países del Mercosur se concentrarán las próximas semanas en definir los pasos para la plena adhesión de Chile al bloque sudamericano, dijeron diplomáticos el martes.

"En los próximos 15 días vamos a hacer un intercambio de informaciones sobre todos los procedimientos para la plena asociación de Chile al Mercosur", dijo a la prensa el embajador brasileño para el bloque comercial, Joao Botafogo Goncalves.

Para ello, dijo, los coordinadores nacionales del bloque se encontrarán el 18 de septiembre en Brasil para formular su propuesta y presentarla un día después a Chile.

"Lo que está en juego no es si Chile ingresa o no al Mercosur, eso es una decisión política que ya está tomada", afirmó Botafogo tras un encuentro con los coordinadores nacionales del bloque, que reúne también a Argentina, Paraguay y Uruguay.

"Lo que está en juego es cómo se va a hacer esa incorporación", acotó el diplomático.

El presidente chileno, Ricardo Lagos, pidió en julio su incorporación formal al bloque comercial, en el que participa actualmente como miembro asociado, al igual que Bolivia.

Sin embargo, su incorporación deberá dejar pendiente la equiparación del arancel externo, en el que Chile mantiene un gravamen fijo de 9 por ciento, y Mercosur tiene un promedio de 14 por ciento. (*El País, 16.08.00*)

Bolivia cuestiona trabas para arancelarias de países Mercosur

La Cámara de Exportadores de La Paz informó hoy que el gobierno brasileño volvió a poner trabas para arancelarias a los textiles bolivianos ocasionando un freno en las exportaciones de camisas y prendas de algodón.

Bruno Guissani, presidente de la Cámara de Exportadores de La Paz, dijo que el gobierno brasileño exige la presentación de licencias previas para la importación de los textiles bolivianos "desconociendo un acuerdo bilateral firmado en abril de 1999".

El acuerdo bilateral establecía que las licencias previas "debían emitirse con demoras no mayores a las 48 horas y ante cartas de crédito con un diferimiento máximo de 360 días, y no 30 como dicta la medida recién adoptada".

Guissani añadió que a la medida adoptada por el gobierno brasileño se presentaron otros problemas para los textiles bolivianos referidas a restricciones con los bajos cupos con aranceles en Argentina.

El presidente de la Cámara de Exportadores de La Paz advirtió que las trabas a las exportaciones "ponen en riesgo la industria textil boliviana". (*El País*, 15.08.00)

Brasil proíbe gado argentino no país

Desde ontem está proibida a entrada no país de gado bovino proveniente de três províncias da Argentina. O governo brasileiro decidiu restringir a importação de animais vivos, carnes, material genético e miúdos vindos de Corrientes, Entre Rios e Formosa para evitar o contágio de febre aftosa. Só será permitido o desembarque de carnes maturadas.

A medida, válida por tempo indeterminado, foi tomada como precaução depois que as autoridades vizinhas identificaram evidências sorológicas positivas da doença em algumas cabeças do rebanho argentino. O Brasil já havia adotado restrições à importação de gado da Argentina, impondo a necessidade de quarentena e de realização prévia de exame sorológico.

O principal temor das autoridades brasileiras é colocar em risco a condição de zona livre da febre aftosa, conquistada recentemente por estados das regiões Sul e Centro-Oeste. "Agora não entram animais vivos de forma nenhuma", anunciou o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luiz Carlos de Oliveira.

O secretário de Defesa Agropecuária assegura que o programa brasileiro de erradicação da febre aftosa não corre risco de ser afetado. O governo argentino declarou estado de vigilância em cinco províncias. (*Jornal do Brasil*, 17.08.00)

Problemas na fronteira gaúcha

O governo do Rio Grande do Sul considerou tímidas as medidas tomadas pelo Ministério da Agricultura em relação à Argentina, onde ingressaram animais portadores do vírus da aftosa, procedentes do Paraguai. As autoridades sanitárias gaúchas temem que o vírus chegue ao estado pela fronteira, comprometendo o esforço de erradicação da doença.

O secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, acha que a decisão de restringir apenas a entrada de animais vivos, carne com osso, miúdos e material genético provenientes das províncias argentinas de Corrientes, Formosa e Entre Rios não seja suficiente para manter a integridade do território brasileiro. (*Gazeta Mercantil*, 18.08.00)

Brasil desiste de apelar à OMC no caso antidumping dos frangos

A secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, Lytha Espíndola, informou ontem que o governo brasileiro abandonou, por hora, a idéia de abrir um panel (denúncia) na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas antidumping adotadas pela Argentina em relação ao frango brasileiro. "Vamos esperar as negociações entre os setores privados dos dois países", explicou a secretária. Ela ressaltou que, se as empresas não chegarem a um acordo, o Brasil poderá retomar a idéia de protestar na OMC.

O secretário de Indústria e Comércio do Ministério da Economia da Argentina, Gonzalo Mosquera, disse que seu país está disposto a modificar o ato antidumping, caso o setor privado chegue a um acordo. A Argentina não pode, de acordo com as regras da OMC, simplesmente suspender as medidas antidumping depois de terem sido adotadas. A carência é de, no mínimo, um ano e o ato foi assinado em 24 de julho último.

"Mas podemos ir eliminando artigos dentro da regulamentação do antidumping, que permitiriam uma adequação da medida a um possível acordo entre os empresários", explicou Mosquera. O argentino disse que uma possibilidade seria adequar a sobretaxa definida na medida antidumping a um valor acordado pelos empresários brasileiros e argentinos. "Não queremos discutir muitas alternativas para deixar que as empresas busquem livremente uma solução", disse Mosquera. Até segunda-feira, produtores brasileiros e argentinos de frango devem apresentar proposta de acordo a que tenham chegado em suas discussões. (*O Estado de São Paulo*, 17.08.00)

Acordo Automotivo do Mercosul

O Acordo poderá ser levado à OMC

O Brasil pretende concluir as negociações de um acordo definitivo do Mercosul sobre o setor automotivo até o final do mês. A tarefa depende de um acerto no dia 23 entre os governos brasileiro e argentino sobre a interpretação de cláusulas do acordo bilateral e da conclusão das discussões com Uruguai e Paraguai sobre as regras mais flexíveis que poderão usufruir.

A pressa explica-se pela possibilidade de parceiros comerciais importantes, como a União Européia, questionarem o acordo entre os dois principais sócios do Mercosul na Organização Mundial do Comércio (OMC). O jornal Valor apurou que os europeus acompanharam os rumos das negociações entre brasileiros e argentinos, ao longo do primeiro semestre deste ano, e se preparam para a contestação das suas regras.

A homologação de um acordo firmado somente pelo Brasil e pela Argentina na Aladi (Associação Latino-americana de Integração) será suficiente para que a União Européia leve o caso à organização. O argumento estaria na cláusula de nação mais favorecida, um dos princípios da OMC que impede a concessão de preferências a produtos de um único parceiro comercial. A mesma cláusula não tem validade quando se trata de preferências concedidas entre todos os membros de um bloco econômico, como é o caso de uma área de livre comércio.

Daí a insistência do Brasil em fechar um acordo que possa ser registrado no ACE (Acordo de Complementação Econômica) número 18 da Aladi, onde estão os acertos tarifários do Mercosul.

O maior desafio para o Brasil continua sendo, porém, a busca de uma solução para a divergência com a Argentina sobre o artigo do acordo que trata do conteúdo local dos veículos fabricados naquele país. O texto do acordo bilateral diz que 30% do valor das peças e componentes dos carros deverá ter fabricação local. Anteontem, negociadores de ambos os lados, reunidos no Rio, não chegaram a um consenso sobre o que pode ou não entrar nessa cota. (*Valor Econômico*, 18.08.00)

Para Giorgi, el acuerdo, automotor con Brasil está vigente

La secretaria de Industria, Comercio Exterior y Minería, Débora Giorgi, dijo ayer que el acuerdo automotor entre la Argentina y Brasil "esta vigente". La funcionaria argumentó su posición, que difiere con la de los negociadores brasileños, en que "si el acuerdo no estuviera vigente, no se hubiesen concretado exportaciones ni importaciones desde y hacia Brasil".

La diferencia radica en la interpretación que cada uno le da al 30 por ciento del valor de las partes y equipos de un vehículo. Para la Argentina, en un conjunto de piezas deben separarse las fabricadas localmente de las extranjeras y tomarse sólo el precio de las primeras para calcular el 30 por ciento del valor total del vehículo.

Para Brasil, si el conjunto de piezas tiene un 30 por ciento de locales, se computa todo el valor del conjunto, incluido el 70 por ciento de origen extranjero.

Consultada acerca del efecto que, en caso de triunfar la postura brasileña, puede tener en la industria de autopartes locales, que emplea a unas 100 mil personas, Giorgi se limitó a responder: "No quiero ni pensar lo". De todos modos, consideró que con los elementos de

prueba presentados en la reunión que el martes mantuvo con Arcuri en Brasil, son los suficientemente contundentes para lograr un definitivo acuerdo con ese país.

Además, dijo que una de las pruebas para demostrar que el acuerdo está vigente es el hecho de que, pese a que Brasil va a sacar un decreto similar al que la Argentina sacó el 1º de este mes, la vigencia de esa norma se va a retrotraer hasta esa fecha.

Respecto de las cifras oficiales de producción industrial de julio, Giorgi calculó que la recuperación "tardará unos dos o tres meses en llegar a la gente" y dijo que el Gobierno esperaba un repunte en la actividad. Para una alta fuente del Ministerio de Economía, el tiempo en que este repunte industrial llegará a la gente no puede medirse. "Cuando en 1998 el país vivía un récord de producción, la desocupación era del 13 por ciento. Y eso podría volver a pasar", dijo. (*La Nación*, 18/08/2000)

Mantida a negociação com Argentina

O secretário de Desenvolvimento da Produção, Reginaldo Arcuri, reafirmou ontem que o governo espera resolver até o fim do mês a pendência com a Argentina em torno do regime automotivo comum. Segundo ele, nesse prazo o governo espera também que Uruguai e Paraguai possam ter aderido aos termos do acordo, que deve ser válido para toda a zona do Mercosul.

Segundo Arcuri, caso não se chegue a um entendimento até o fim do mês, a disposição do governo é continuar negociando. 'Os tempos da diplomacia são dilatados', disse. 'Não estamos discutindo conceitos do acordo, que é aceito pelas duas partes, mas o seu detalhamento, que é uma coisa naturalmente trabalhosa', argumentou.

O que está sendo discutido entre Brasil e Argentina diz respeito ao conteúdo de peças locais na montagem de automóveis. Na quarta-feira foi realizada uma reunião no Rio para tratar do assunto. (*Gazeta Mercantil*, 18.08.00)

[regressar](#)



Aerolíneas Argentinas vai propor aliança

A companhia de aviação Aerolíneas Argentinas pretende negociar uma aliança estratégica com a Varig, como parte de um plano para tirar a empresa da pior crise de sua história. A informação, publicada ontem pelo jornal argentino "El Cronista", ainda não foi confirmada oficialmente pela companhia. As dívidas da Aerolíneas já atingem US\$ 870 milhões e a companhia perde US\$ 25 milhões por mês.

Para nós seria fundamental concretizar uma aliança com uma empresa do nível da Varig. Seria mais um gesto de solidariedade, já que não temos muito o que oferecer no momento - disse um funcionário da empresa, que preferiu não ser identificado.

A companhia confirmou que tem grandes expectativas e que pretende entrar em contato em breve com a Varig, companhia brasileira controla 60% do mercado de transporte aéreo entre Brasil e Argentina.

Em 1990, quando foi privatizada, a Aerolíneas lucrava US\$ 20 milhões por mês. Desde 1991, a empresa é controlada pelo consórcio espanhol Sepi, que pretende investir US\$ 208 milhões para reestruturar a empresa. O Governo argentino, dono de 5% da companhia, entrará com US\$ 20 milhões. (*O Globo*, 17.08.00)

TV Mercosur monta estructura en Rio de Janeiro

Con previsión de salir al aire en 1 de enero de 2001, la TV Mercosur, que tendrá su base brasileña en Río de Janeiro y recibirá inversiones de 6,7 millones de dólares en sus dos primeros años, ya comenzó a montar equipo y definir programas.

La otra base de la TV Mercosur estará en Buenos Aires, que consumirá inversiones análogas. Aún sin confirmación de su sede (el gobierno ofreció un piso en el edificio de la estación ferroviaria Central do Brasil), la base periodística inició su montaje.

Paralelamente, el presidente del Consejo Administrativo del Canal, Fernando Portella, se está reuniendo con empresas con el fin de viabilizar recursos para el emprendimiento.

En cuanto al facturado en Río de Janeiro, está calculado en 5,6 millones de dólares el primer año y 8,4 millones el segundo.

Por el momento, la dirección de la TV proyecta montar su equipo de periodismo, que al principio contará con once profesionales (tres redactores, tres reporteros-presentadores, tres productores, un redactor-conductor y un editor, sobre un total de 74 puestos de trabajo).

"En noviembre comenzaremos a producir periodismo, que además del cinematográfico cubrirá también temas deportivos y económicos, pero siempre con un enfoque de preservación cultural", adelantó Alexei Waichenberg, director ejecutivo del canal.

Otro punto en discusión es la definición del canal por cable, que exhibirá la programación de la TV Mercosur en Brasil. En el primer año, intentará unirse a otros canales culturales, como TV Cultura, Futura, Senac, TVE (del Ministerio Nacional de Educación), Senac (formación profesional) y Canal Brasil.

El proyecto prevé una extensión paulatina hacia otros países de América Latina fuera del Mercosur. La idea del canal surgió hace cerca de un año, en un encuentro entre cineastas latinoamericanos y europeos en París, y se retomó en abril pasado, durante un seminario promovido por la Federación de Industrias del Estado de Río de Janeiro (Firjan). (*El País*, 15.08.00)

[regressar](#)



Cumbre de presidentes aspira a impulsar Acuerdo Can-Mercosur

La Cumbre de los 12 presidentes sudamericanos convocada por Brasil para fines de agosto aspira a convertirse en el impulso que necesitan las negociaciones entre la Comunidad de Países Andinos (CAN) y el Mercosur, informó este lunes el coordinador de ese evento, Ivan Cannabrava, subsecretario de asuntos políticos de la cancillería brasileña.

La cumbre es una oportunidad muy buena para dar un impulso político a las negociaciones entre la CAN (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela) y el Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) para alcanzar un acuerdo de libre comercio en la región, declaró Cannabrava en rueda de prensa com corresponsales extranjeros.

Ese impulso parte de la idea de que Chile ya es asociado al Mercosur y esperamos que pronto esté integrado y de que sólo están fuera Guyana y Surinam, más orientados al Caribe y que el coordinador consideró que deben aproximarse a la región por su ubicación geográfica.

No existe una idea de crear un 'Alcsa' (Área de Libre Comercio Sudamericano, paralela al Área de Libre Comercio de las Américas -ALCA- cuyo compromiso abarca a todos los países de América), afirmó Cannabrava. Esta reunión es independiente del ALCA, concluyó.

Aún así, insistió en que la finalización del acuerdo entre el Mercosur y la CAN es un tema muy importante para el continente sur, además de la articulación de Guyana y Surinam en Sudamérica y que Chile sea miembro del Mercosur.

Además del comercio, los temas claves de la cumbre serán la infraestructura de la integración, democracia, combate al narcotráfico e información, ciencia y tecnología.

En la cumbre los 12 presidentes de Sudamérica aspiran a adoptar un plan de acción para la integración física de la región, comisionado al Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la Corporación Andina de Fomento (CAF), explicó el subsecretario.

El tema de la democracia será planteado de manera general para el conjunto de la región, partiendo del hecho que ya existen cláusulas de compromiso en los acuerdos subregionales y que podría adoptarse uno sudamericano.

Preguntado sobre si habrá menciones específicas a países concretos -como Perú, donde las recientes elecciones que dieron la victoria al presidente Alberto Fujimori fueron cuestionadas-, Cannabrava estimó que si algún presidente lo creyera necesario podrían ser transmitidos mensajes.

También de manera genérica será tratado el combate al narcotráfico, del que se espera un compromiso para una coordinación mejor entre los países y eventualmente crear mecanismos que pueden fortalecer la cooperación.

La maratónica Cumbre comenzará en Brasilia el 31 de agosto en la tarde, com la reunión de los 12 presidentes, y continuará hasta la tarde del 1 de setiembre, cuando los mandatarios deberán aprobar el Comunicado de Brasilia, un documento de 12 páginas que ya está en manos de los respectivos gobiernos para su aporte de ideas.

Asistirán los presidentes de la CAN (Bolivia, Hugo Banzer; Colombia, Andrés Pastrana; Ecuador, Gustavo Noboa; Perú, Alberto Fujimori, y Venezuela, Hugo Chávez), y del Mercosur (Argentina, Fernando de la Rua; Brasil, Fernando Henrique Cardoso; Paraguay, Luis González Machi, y Uruguay, Jorge Batlle). Completan la lista los presidentes de Chile, Ricardo Lagos, Guyana, Bharat Jagdeo y de Surinam, Ronald Venetiaan

Antes de la cumbre habrá una visita y reunión bilateral entre los presidentes de Venezuela y Brasil, el 29 y 30 de agosto. (*El País*, 15.08.00)

Bloco quer salvaguardas para serviços na Alca

Na reunião desta semana, em Miami, do grupo negociador de serviços da Área de Livre Comércio da Américas (Alca), o Mercosul quer propor a instituição de salvaguardas na área de serviços. Também fará propostas referentes a pagamentos e transferências.

Os países do Mercosul têm negociado em bloco na Alca, e o fato de irem unidos a Miami tem importante significado político, especialmente porque vários setores têm apontado arranhões no bloco, em função de divergências entre os dois principais parceiros, Brasil e Argentina, dizem diplomatas brasileiros. As posições sobre o tema serão afinadas numa reunião de representantes do Mercosul nesta segunda-feira.

A disposição do Mercosul, afirmam diplomatas, é estabelecer posição baseada nas regulamentações existentes para o setor na Organização Mundial do Comércio, na qual espelha-se o Protocolo de Montevideu. A reunião de Miami tem como temas principais acesso a mercados, tratamento nacional e temas correlatos, para a preparação de artigos sobre serviços para o texto do acordo da Alca. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 14.08.00)

Durante visita de Albright, Brasil e EUA divergem sobre Colômbia

A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, encerrou ontem sua visita de menos de 24 horas ao Brasil dizendo que as relações diplomáticas entre o país e os Estados Unidos "nunca foram melhores".

No entanto, as declarações do ministro brasileiro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, em entrevista após o encontro diplomático, mostraram que continuam havendo pontos de atrito tanto em termos econômicos quanto políticos.

O contraste mais claro foi na questão da Colômbia, onde os EUA devem aplicar, nos próximos dois anos, US\$ 1,3 bilhão para o combate ao narcotráfico, com envio de tropas, instrutores militares e equipamentos. Apesar de dizer que o Brasil tem um compromisso com a consolidação da democracia na Colômbia, Lampreia afirmou que o país não tem interesse em enviar tropas para qualquer ação internacional naquele país.

"Nós não temos o mesmo grau de compromisso dos EUA com o programa de combate ao narcotráfico e de promoção do processo de paz do presidente (Andrés) Pastrana (com a guerrilha). Não participamos de programas específicos desenvolvidos pelos EUA na região", afirmou Lampreia. Segundo o ministro, caso o governo colombiano faça qualquer pedido oficial ao Brasil, ele será avaliado "com interesse". Lampreia afirmou que não houve qualquer pressão de Albright por uma maior participação brasileira no combate ao narcotráfico na região.

Outro ponto de tensão nas relações entre Brasil e EUA é a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), bloco econômico que os EUA querem ver constituído até o final de 2005. Já o Brasil tem uma posição mais cautelosa.

Lampreia afirmou que, apesar de o país estar comprometido com a data, não é possível garantir que o bloco seja implementado a tempo, já que, nas palavras do ministro, seria preciso que os EUA "abrissem mão de algumas práticas protecionistas".

Albright, que viajou do Brasil para a Argentina, também disse que os EUA não estão preocupados com a conferência de governos sul-americanos marcada para o próximo mês, em Brasília. Afirmou, inclusive, que o país apóia a iniciativa (*Folha de São Paulo*, 16.08.00)

Fox elege Mercosul como prioridade

O presidente eleito do México, Vicente Fox, aproveitou sua viagem ao Cone Sul, na semana passada, para dar pessoalmente o recado que já vinha divulgando nas últimas semanas, no México: seu governo terá como prioridade a intensificação do relacionamento com a América Latina, em especial com o Mercosul, com o qual pretende fechar um acordo de livre comércio.

'Queremos ações rápidas e concretas, vamos acelerar o passo', reiterou Fox em sua passagem de quatro dias pelo Chile, Argentina, Brasil e Uruguai.

Segundo ele, é preciso imprimir maior agilidade ao processo de integração latino-americana, para implementar tratados e acordos que promovam o bem-estar da população da região, gerando emprego e renda. 'Todos esses acordos podem formar a base de uma 'Aliança Latino-Americana para o Desenvolvimento Econômico Compartilhado'', disse Fox em São Paulo.

Na reunião de cúpula do Mercosul, em junho, em Buenos Aires, os quatro presidentes acertaram negociar em conjunto um acordo de livre comércio com o México, para ser fechado até 2001. Na conversa com o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, Fox sublinhou que a melhor forma de se chegar à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é estreitar as relações entre os blocos, como o Mercosul e a Comunidade Andina, ou por intermédio de acordos bilaterais, como o que seu país vem tentando fechar com o bloco do Cone Sul. (Gazeta Mercantil Latinoamericana, 14.08.00)

Informe de la Cepal: hay 220 millones de pobres en la región

Alrededor de 220 millones de habitantes de América Latina y el Caribe viven en la pobreza y, de ellos, 177 millones son niños y adolescentes menores de 20 años, revela un informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) divulgado ayer en Santiago.

La cifra, contenida en el Panorama Social de América Latina 1999-2000, marca un quiebre negativo en la tendencia registrada entre 1990 y 1997, cuando la cantidad de pobres en Latinoamérica se mantuvo relativamente estable, en torno a los 200 millones de personas.

El Panorama Social de la Cepal revisa la evolución social en la región, con especial atención en los aspectos de vulnerabilidad, estratificación ocupacional y precariedad del empleo. También examina las condiciones de vida de los adultos mayores, las políticas de control de la producción, el tráfico y el consumo de drogas, y las oportunidades de bienestar de la infancia y la adolescencia.

Según el estudio, los cambios en los mercados de trabajo en los últimos 10 años perfilaron una nueva estratificación ocupacional, que no favoreció ni la movilidad social ni una mejor distribución del ingreso. Por esas causas la precariedad del empleo se volvió más generalizada, subraya el informe, que admite que un grupo de países logró reducir sus niveles de pobreza en el bienio 1998-1999, pero en otros se interrumpió la tendencia positiva de los primeros años de 1990.

El análisis es lapidario al señalar que en el nacimiento del nuevo milenio más de la mitad de los niños y adolescentes de América Latina es pobre; que más de la mitad del total de pobres de la región está compuesta por niños y adolescentes, y que cerca de 40 millones integran el grupo más vulnerable (menores de 6 años). (*El Observador*, 18.08.00)

O documento da CEPAL pode ser encontrado no endereço <http://www.eclac.org> , onde pode ser transferido por download ou pode nos ser solicitado por e-mail .

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Seminário Internacional: Trabalho, Produção e Consumo Sustentáveis

O Instituto Terrazul e a Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará tem a honra de convidá-lo para o Seminário Internacional: Trabalho, Produção e Consumo Sustentáveis - Uma nova perspectiva para o movimento sindical.

O Seminário ocorrerá nos dias 31/08 e 01/09/2000, das 08:30 às 18 horas, no Sesc Iparana. As inscrições podem ser feitas pelos telefones 231-41-83, 226-72-87 e 226-67-96 ou pelo e-mail insterra@terra.com.br.

Aguardamos a presença de todos e pedimos divulgação para esse e-mail.

Um abraço,

Pedro Ivo de Souza Batista
Instituto Terrazul

José Nunes Passos
Fetrace-CUT

I Encontro do "Fórum Universitário Mercosul"

(UERJ - Rio de Janeiro - Novembro 2000)

- Programa completo, Resumos de trabalhos: até 31 de agosto/2000 e mais de 200 outras informações na edição de agosto/2000, que já está na Internet, de "MERCOSUL NAS UNIVERSIDADES"

Outros destaques deste número:

- Seminário "Democracia Global ou Hegemonia Transnacional?" ; Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais; Encontro de Mulheres debate Estados Unidos da América Latina; Evento de Investigadores sobre Globalização e Território

MERCOSUL NAS UNIVERSIDADES

E-mail: mercabol@pucminas.br



Apoio
**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição

Consultoria Econômica e Social Integrada